



A conexão entre os militares e a mídia: Para melhor e para pior¹

Barry E. Willey*

Matéria extraída de artigo publicado na *Military Review*, Edição Brasileira, 3º Trimestre de 1999. Enfoca o relacionamento do militar com a mídia e o modo como o Departamento de Defesa dos Estados Unidos com ele convive.

Após o assalto na ilha caribenha de Granada, em 1983, a evolução do relacionamento estranho e frequentemente tenso entre os militares dos EUA e a mídia chegou ao seu apogeu, quando essa foi excluída de participar no planejamento e execução das primeiras 48 horas daquela missão. As subseqüentes descobertas e recomendações da *Siddle Commission* proporcionaram, durante uma década e meia, experimentos em busca da solução para o problema do natural antagonismo

entre esses elementos-chave de nossa democracia. Contudo, essa intensa busca resultante era só uma parte do problema. Trabalhamos arduamente para que as culturas das Forças Armadas e da mídia fossem iguais, de tal maneira que ignoramos o fato de que eles são *inimigos naturais* e que isso nunca vai mudar. É hora de parar de tentar resolver o problema desse antagonismo entre as Forças Armadas e a mídia e reconhecer que este relacionamento é natural. Aprender a nutrir esse antagonismo mútuo - tirando

vantagem das similaridades e interesses mútuos e reconhecendo as diferenças - poderá criar uma confiança entre os dois, resultando num maior acesso pela mídia e numa cobertura mais honesta das Forças Armadas.

DESCRIÇÃO DAS PROFISSÕES

O *jornalismo* como profissão - alguns duvidariam desta descrição porque jornalistas, como um todo, não têm um código ético ou uma lista de qualifica-

* Tenente-Coronel do Exército norte-americano.

¹ Selecionado pelo PADECEME.

ções obrigatórias para seus membros – é formado de repórteres, editores e homens de negócios com duas missões: noticiar objetivamente e ter lucro. A mídia escrita se encontra sob tremenda pressão hoje em dia para competir com os mercados visuais da televisão e da Internet que estão florescendo. Essa mídia visual, por sua vez, também se encontra sob grande pressão para ser a menos dispendiosa e a de melhor qualidade dentro do seu próprio mercado competitivo. Prazos levam os repórteres a atitudes repressíveis para chegarem aos fatos, escrever histórias para que sejam publicadas na *primeira página, acima da dobra*. Jornalistas de qualquer classe poderiam ficar insatisfeitos com essa franca descrição do seu trabalho, contudo a maioria teria de concordar com ela. Embora não seja representativa de toda a mídia, ela se adapta à maioria do que conhecemos hoje em dia como a profissão do jornalismo.

Colocar todas as Forças Armadas dos EUA dentro de uma única forma é impossível; no entanto, para fins de comparação, é ne-

cessário uma breve descrição dos objetivos. Os profissionais militares são adestrados desde o início, sabendo que o único objetivo das Forças Armadas é lutar e vencer as guerras da nação, sendo secundárias todas as outras missões. Para executar aquela missão, eles mantêm o sigilo durante o planejamento e a execução das operações militares, fator esse já enraizado na cultura militar. Transgredir essa premissa é transgredir a própria santidade da vida, porque é a vida dos tesouros da América – seus filhos e filhas – que está em jogo. Com estas descrições em mente, é imperativo analisar de onde se originam nossas duas culturas.

RESUMO HISTÓRICO

Poucos militares norte-americanos da atualidade lembram ou apreciam o relacionamento singular que existiu entre os soldados em combate e os repórteres tais como Ernie Pyle ou Walter Cronkite, cujas destemidas proezas durante a Segunda Guerra Mundial são legendárias. Esses jornalistas criaram um legado atrativo e duradouro,

que nunca foi imitado. Tinham acesso aos níveis mais altos do comando e desfrutavam da completa confiança tanto dos comandantes como dos soldados. A *censura* da imprensa era um conceito claramente entendido e aceito pelos repórteres daquela época. O conflito da Coréia, *nossa guerra não declarada*, chegou a constituir um período de transição, quando os jornalistas ainda tinham acesso relativamente livre às tropas de combate, embora com o desenvolvimento do conflito surgisse a necessidade de impor-lhes certas restrições como meio de censura. O risco político implícito nesse conflito foi alto devido às implicâncias da Guerra Fria e o possível envolvimento da

Os profissionais militares são adestrados desde o início, sabendo que o único objetivo das Forças Armadas é lutar e vencer as guerras da nação, sendo secundárias todas as outras missões.

China. A preocupação demonstrada pelos militares ante a crítica das decisões tomadas pelos comandantes da ONU, disseminada nos meios de comunicação, também provocou uma forma de

censura durante o dito conflito.² Talvez tenha sido nesse momento que foram plantadas as sementes da desconfiança da imprensa pelos militares, considerando a extensa cobertura dedicada à decisão controversa do Presidente Harry S. Truman de despedir o General Douglas MacArthur, um verdadeiro herói das duas guerras mundiais.

VIETNÃ

Se a Coreia chegou a representar a transição, o Vietnã constituiu-se no ponto culminante. Nunca antes haviam os norte-americanos presenciado a morte e a destruição do combate, apresentadas diariamente em suas próprias salas. As notícias televisionadas fizeram valer os seus méritos. A *Revista das Cinco Horas* fomentou uma profunda desconfiança em relação aos funcionários governamentais e oficiais militares por parte da maioria dos jornalistas que davam cobertura a esse conflito, e seu ceticismo foi contagioso. Ao contrário da opinião de muitos, a imprensa não fez com que os EUA per-

dessem a guerra; no entanto, não resta dúvida que suas reportagens agressivas e honestas informaram a um público calejado sobre a inutilidade da estratégia dessa guerra; estratégia esta que ignorou a necessidade do apoio público e que custou 58.000 vidas norte-americanas.

Desde então, a relação entre os meios de comunicação e as Forças Armadas tem sido submetida a uma transformação evolutiva, interrompida por uma variedade de desdobramentos operacionais que conseguiram, simultaneamente, aperfeiçoar e confundir a interação entre os militares e os jornalistas. Um documento-chave neste processo evolutivo é *Principles of Information* (Princípios de Informação), editado pelo Departamento da Defesa. Nesta publicação surgiram as diretrizes formais baseadas na Operação *Desert Storm*, cujo processo evolutivo havia começado depois da operação em Granada, onde ocorreu a primeira seleção de um grupo de jornalistas para acompanhar os militares no teatro de operações. A linha que unifica essas

diretrizes é a ênfase atribuída à necessidade de divulgar informação oportuna e correta sobre as operações militares ao público, ao Congresso e aos meios de comunicação, sempre acatando as exigências de segurança e o cumprimento dos requisitos legais aplicáveis.

A OPERAÇÃO *EARNEST WILL*

O conceito de organizar um grupo selecionado de jornalistas teve início a fim de dar, a vários dos representantes mais renomados da imprensa em Washington, D.C., acesso aos eventos mais recentes que envolviam as forças militares. A formação de tal grupo constituiu a primeira tentativa para estreitar a cooperação entre os militares e os meios de comunicação desde a operação em Granada. O primeiro teste importante desse conceito teve lugar em julho de 1987, quando, pela primeira vez, os petroleiros do Kuwait transitaram no Golfo Pérsico com a bandeira norte-americana, escoltados pelas embarcações dos

² Frank Aukofer e William P. Lawrence, *America's Team: The Old Couple, A Report on the Relationship Between the Media and the Military*. Foro de Liberdade Centrado na Primeira Emenda, na Vanderbilt University, 1995, p. 39.

EUA, durante a execução da Operação *Earnest Will*. O que deveria ter sido apenas uma passagem de rotina pelo Golfo Pérsico do super-petroleiro *Bridgeton* e suas várias escoltas da Marinha norte-americana, converteu-se numa notícia exclusiva para os jornalistas a bordo do navio de cruzeiro USS *Fox*. Quando, durante a travessia, o *Bridgeton* chocou-se contra uma mina flutuante e começou a adernar, as escoltas navais entraram em fila atrás do petroleiro enquanto este seguia sua rota para o Kuwait.

A verdade embaraçosa, bastante clara para todos os jornalistas a bordo, foi que o petroleiro podia seguir sem grandes dificuldades depois de bater contra uma mina. Por outro lado, se um dos navios-escolta tivesse batido contra uma mina, provavelmente teria afundado rapidamente. Foi então que os papéis se inverteram: o navio escoltado passou a escoltar os outros mais frágeis.

Durante todo este episódio os oficiais de comunicação social que acompanhavam o grupo selecionado de jornalistas, trabalharam diligentemente para superar alguns dos preconceitos e mal-entendidos co-

muns entre os comandantes e suas tripulações, a fim de dar maior acesso e informação à imprensa. No espaço confinado onde opera um combatente naval e diante das notícias recém-surgidas que dificilmente poderiam ser ignoradas ou negadas, as tensões naturais entre as duas culturas apresentaram um resultado vantajoso para todos. Nessas circunstâncias, quando a imprensa e os militares se viram obrigados a cooperar, os jornalistas aprenderam sobre a utilidade dos desafios inerentes em executar uma política nacional em condições incertas e pouco ortodoxas. Os militares, não obstante a sua freqüente frustração com a mídia, presenciaram pessoalmente o impacto da nova tecnologia na reportagem e o seu efeito na estratégia nacional. É impossível que esse primeiro desdobramento operacional do designado grupo de jornalistas tenha se constituído no símbolo de uma nova época, nos esforços que ambas as culturas estavam dispostas a fazer para cooperar mutuamente, com vistas a facilitar sua convivência em um mundo cada vez mais complicado e desafiador.

O referido incidente deu início a um esforço para assegurar que os integrantes do grupo selecionado da imprensa nacional recebessem informação periódica sobre o trânsito de navios-petroleiros no Golfo Pérsico, culminando com o maior engajamento naval desde o fim da Guerra do Vietnã. Em abril de 1988, os combatentes navais enfrentaram e afundaram ou destruíram vários navios de combate iranianos durante a Operação *Praying Mantis*. O grupo selecionado de jornalistas se encontrava a bordo de um navio no Oceano Índico, a pouca distância do Estreito de Ormuz, quando foi dada a ordem de atacar os navios iranianos. Os oficiais de comunicação social que os acompanhavam, em seguida transferiram os jornalistas para o navio de comando do grupo de ação na superfície a cargo da missão, de onde eles puderam observar o desenrolar dessa ação histórica. Durante todo o desenrolar desse incidente, houve uma tensão natural entre os militares e a mídia, servindo como desafio a cada um dos grupos para aprender o máximo possível a respeito do outro. Como resultado desse ano no Golfo, as relações entre os militares e a mídia

foram, pelo menos, tão boas como em qualquer outro momento da história, possivelmente ainda melhores que durante a Segunda Guerra Mundial.³

AS OPERAÇÕES *EARNEST WILL*

No ano de 1989, os repórteres esperavam uma maior cooperação por parte dos militares do que a recebida durante a invasão do Panamá. Embora o grupo selecionado da imprensa nacional recebesse o aviso sobre a operação, eles se desdobraram muito tarde e assim que chegaram ao Panamá foram isolados numa sala de conferências, perdendo toda a oportunidade de presenciar a invasão. O sigilo sobre essa operação foi uma das prioridades dos planejadores militares, da mesma forma como haviam feito seis anos antes em Granada. Contudo, devido à insuficiência de planos para acomodar os repórteres nessa missão - em conjunto com alguns incidentes de má sorte e de boas intenções com maus resultados - houve um revés no progresso alcançado nos últimos anos.

O próximo desdobramento importante, nas operações *Desert Shield/Desert Storm*, em 1990-91, apresentou outra série de desafios, um dos quais foi o receio da nação anfitriã, Arábia Saudita, com relação aos meios de comunicação. Finalmente, a imprensa foi devidamente acomodada durante os sete meses de desdobramento, e muitos jornalistas integraram-se a unidades antes das operações terrestres e durante sua execução. Não obstante, muitos repórteres se queixaram mais tarde de que não tiveram liberdade adequada para cobrir todos os aspectos do conflito. Alguns dos comandantes superiores perceberam, depois de terminada a guerra, que suas desatenções para com as necessidades dos jornalistas eram consequência dos seus desejos de pouca publicidade sobre os feitos de suas unidades. Aqueles comandantes mais precavidos, pelo contrário, permitiram aos jornalistas integrarem suas unidades antes da guerra terrestre e acompanhá-las durante sua condução; por isso, apareceram nas capas de revistas que divulgaram suas façanhas com muitos detalhes.

O Corpo de Fuzileiros Navais dos EUA tratou os jornalistas com o cuidado e atenção típicos daquela instituição, e a cobertura positiva recompensou seus esforços. Não obstante as queixas de alguns, muitos jornalistas souberam tirar a máxima vantagem desse evento e, posteriormente, escreveram livros sobre suas aventuras e/ou contratemplos na guerra, que apareceram na lista dos mais vendidos. A lição mais importante de todo esse episódio é que a inimizade natural entre os militares e os meios de comunicação forçou aos militares a manterem-se sempre na linha e, ao mesmo tempo, fez com que a mídia, depois de presenciar os apertos sofridos pelos militares durante os sete difíceis meses no deserto, entendesse melhor os problemas e as inquietudes das tropas. A maior parte dos comandantes militares concordam que a cobertura das operações *Desert Shield e Desert Storm* foi equilibrada e, em geral, favorável naquelas circunstâncias nas quais a cooperação, a paciência e a tolerância eram evidentes.

³ Para uma discussão mais detalhada desse período, ver Major Barry E. Willey, *Military - Media Relation Comes of Age*, Parameters (março de 1989).

EDUCAÇÃO E ENTENDIMENTO MÚTUO

O elemento-chave para o êxito nesta relação é o entendimento mútuo entre ambas as partes e a vontade de suportar uns quantos reveses durante o processo. De igual importância é entender que sempre existirão tensões naturais entre os militares e os meios de comunicação. A melhor forma de superá-las é através da educação de ambos os lados, tanto quanto possível, sobre os aspectos peculiares de suas respectivas culturas. Apreciar os desafios enfrentados por ambos poderá reduzir mais as tensões, mas nunca eliminá-las por completo. Tampouco deveriam ser eliminadas. A profissão jornalística, em virtude de sua função de *cão de guarda* de nossa Constituição e sua condição como *quarto poder* do governo, deve manter um ceticismo saudável na sua cobertura das Forças Armadas. E estas, por sua vez, devem tomar as devidas precauções de segurança no desempenho de seus deveres para garantir que, naqueles casos em que uma ação militar é inevitável e nossas tropas se encontrem em situações perigosas, des-

frutem de todas as vantagens possíveis sobre qualquer adversário eventual.

HAITI

Desde a Guerra do Golfo Pérsico, as Forças Armadas dos EUA têm mantido o ritmo operacional mais acelerado de sua história. Seus desdobramentos na Bósnia e no Haiti têm mantida viva a tensão entre os militares e a imprensa. Em setembro de 1994, os militares presenciaram o cenário muitas vezes previsto no qual os meios de comunicação deveriam estar presentes no terreno, esperando a chegada de nossas tropas. Quando, na última hora, mudou-se completamente a missão militar de uma entrada forçada para uma operação permissiva, e os integrantes do XVIII Corpo de Exército Aerotransportado desembarcaram para ajudar a restaurar o governo democrático, centenas de jornalistas internacionais inundavam as ruas de Porto Príncipe e outras cidades e bairros dessa diminuta nação insular. Lá estavam eles, equipados com seus computadores portáteis, antenas parabólicas e telefones celulares, preparados para informar instantaneamente sobre a nossa

chegada, no exato momento em que desembarcamos. Eles desafiaram o porta-voz da Força-Tarefa Conjunta 180 nas conferências com a imprensa, realizadas duas vezes por dia, com perguntas sob incidentes recém-ocorridos nas ruas, os quais ainda não haviam sido informados ao estado-maior de operações, muito menos ao estado-maior de Comunicação Social. A pressão imposta pelos repórteres era frustrante para o porta-voz, mas, ao mesmo tempo, obrigou o pessoal de comunicação social a trabalhar mais arduamente no estabelecimento de linhas de comunicação mais eficazes com as unidades, o estado-maior de operações e o quartel-general superior.

Desde a Guerra do Golfo Pérsico, as Forças Armadas dos EUA têm mantido o ritmo operacional mais acelerado de sua história. Seus desdobramentos na Bósnia e no Haiti têm mantida viva a tensão entre os militares e a imprensa.

ACESSO IRRESTRITO PARA A MÍDIA

A Agência de Informação das Forças Conjuntas no

Haiti identificou 1.300 jornalistas durante os dois primeiros meses da operação. Quase todos eles solicitaram acesso às unidades, comandantes e peritos em assuntos técnicos, a fim de enriquecerem suas reportagens com comentários dos participantes. Desde o começo da operação, a regra fundamental estabelecida pela Agência de Informação das Forças Conjuntas, subordinada ao Departamento de Defesa e ao oficial de comunicação social do Comando do Atlântico, outorgou total liberdade aos meios de comunicação e acesso irrestrito a todas as unidades e operações, sempre dando a devida atenção às preocupações legítimas pela segurança das unidades comprometidas. Os repórteres não precisavam e nem desejavam escoltas militares, e tampouco se contava com o número suficiente desses elementos para realizar a missão, caso tivesse sido necessária. Esse ambiente de acrescido acesso às unidades por parte dos meios de comunicações, em conjunto com os *briefings* diários e o emprego de peritos em matérias técnicas, criou uma atmosfera de confiança entre os repórteres, as unidades militares e o pes-



Um oficial de comunicação social da Marinha discute as operações com um integrante do grupo selecionado de jornalistas durante o trânsito de petroleiros kuwaitianos pelo Estreito de Ormuz até o Kuwait, em julho de 1987.

soal de comunicação social, tendo como resultado uma mudança notável no tom das notícias difundidas pela imprensa. Muitos repórteres anteriormente céticos, resultado de prévias experiências em transmissões sobre vagos assuntos de política desde uma área remota, se converteram em verdadeiros *crentes*, quando de suas integrações às equipes das Forças Especiais "A", desdobradas em patrulhas no interior do Haiti, ou às unidades de Polícia do Exército da 10ª Divisão de Montanha (Leve) que patrulhavam as ruas perigosas de Porto Príncipe e do Cabo Haitiano.

Como podia ser esperado, houve vários casos de jornalistas frustrados, porque nem sempre foi possível obter a informação que

julgavam necessária na hora em que, segundo eles, precisavam. Outros eram de opinião que a Agência de Informação das Forças Conjuntas os privava da informação ou estava ocultando os problemas ocorridos. Muitos comandantes e soldados ficaram desgostosos com tudo o que foi escrito sobre aqueles dias confusos no começo da operação. Por exemplo, um editorial publicado no *The New York Times*, um dia após a conferência com a mídia, acusou o porta-voz da Força-Tarefa Conjunta 180 de haver apresentado um *briefing* sem graça e de esquivar-se de responder às perguntas legítimas feitas pelos jornalistas. Uma crítica pouco merecida, considerando que esse comentário foi feito



Um soldado da 38ª Divisão de Infantaria recarrega seu fuzil Garand durante o combate nas cercanias de Houffalize, Bélgica, em 15 de janeiro de 1945.

após um único *briefing* e durante os momentos de maior confusão em Porto Príncipe, nos dias iniciais da operação. Dois meses mais tarde, após o retorno sem incidentes do Presidente Jean Bertrand Aristide, muitos dos jornais mais importantes publicaram notícias positivas, proclamando que o esforço militar até aquele momento havia sido um êxito e elogiando tanto as tropas como seus comandantes.

A tensão natural entre os militares e jornalistas durante a operação no Haiti ajudou a garantir que os meios de comunicação obtivessem o que necessitavam e que as forças militares recebessem o devido reconhecimento pelo árduo trabalho que estavam realizando a fim de

restaurar a ordem e criar um ambiente seguro para o novo governo. Mais uma vez, cada uma dessas culturas desfrutou de tempo suficiente para aprender uma com a outra, e para aprofundar o conhecimento mútuo. Ambos os lados, em geral, tiraram proveito dessa oportunidade.

O Haiti foi um *campo de batalha* clássico da guerra de informação, e aqueles que trabalham no âmbito da comunicação social cumpriram sua missão de acordo com a Diretriz do Departamento de Defesa S-3600.1, *Information Operations: Os elementos de comunicação social, durante uma Operação de Informação, não devem concentrar-se em dirigir ou manipular ações e opiniões públicas, mas, pelo*

contrário, devem procurar passar as informações aos públicos interno e externo em tempo oportuno.

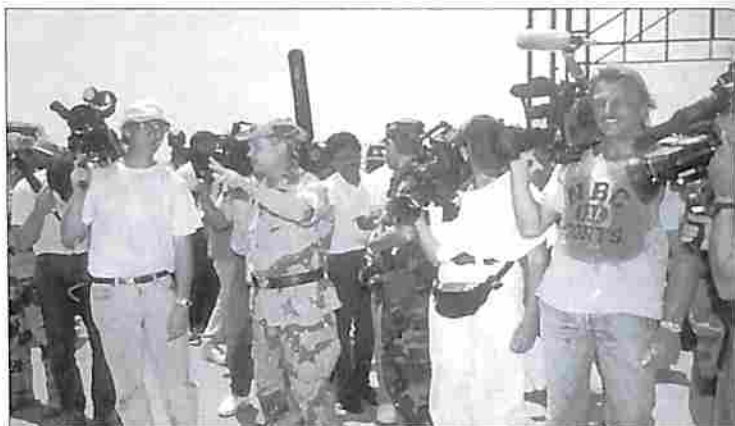
BÓSNIA

A maior parte da cobertura sobre a Bósnia, tem sido uma réplica do modelo do Haiti, devido a presença de centenas de jornalistas que têm percorrido os Balcãs para poderem informar sobre toda a diversidade de aspectos desse complexo cenário. A maioria dos países envolvidos recebe permissão irrestrita para os jornalistas, e todas as partes conflitantes estão geralmente ansiosas para compartilhar suas opiniões. A cobertura das operações militares tem sido contínua, consistente na maioria dos casos, e satisfatória durante todo o desdobramento, desde o seu início em dezembro de 1995.

O Centro Combinado de Informações Públicas, em Sarajevo, e a Agência de Informação das Forças Conjuntas dos EUA, em Tuzla (o setor correspondente às forças norte-americanas), têm facilitado as visitas de centenas de jornalistas que procuram as palavras e as imagens que mais eficaz-

mente poderão comunicar a história do conflito para um mundo duvidoso, cético e geralmente desinteressado. Infelizmente, não obstante o relativo êxito alcançado pelas forças combinadas dos EUA e da OTAN, a maior parte dos meios de comunicação norte-americanos – exceto as publicações principais que seguem os assuntos de política relacionados com a Bósnia em Washington – parece ter descartado o assunto dos Bálcãs como um distante acontecimento secundário, dando a mínima publicidade, e isso somente quando ocorre algo significativo como eleições, surgimento de distúrbios civis e perdas de vida.

Os repórteres têm muitas vezes boas intenções em contar uma história particular da Bósnia, mas seus editores não permitem, dizendo que já foi feito anteriormente e que, na verdade, ninguém está interessado no assunto. No entanto, o nível de cooperação na Bósnia talvez seja o mais alto da história das relações entre militares e os meios de comunicação. Ambas as partes estão trabalhando diligentemente: os militares, para manter seus sacrifícios à vista da comunidade internacional; e os mei-



Jornalistas na Arábia Saudita, em 23 de agosto de 1990.

os de comunicação, para desenredar e explicar a situação muitas vezes complicadas na Bósnia. Atualmente cada um entende melhor que nunca os desafios e frustrações do outro.

Os comentários de Michael Kelly, um colaborador da revista *National Journal*, publicados num editorial do jornal *The Washington Post*, em 19 de novembro de 1997, são ilustrativos, pois refletem um novo entendimento da perspectiva militar. Suas observações estão baseadas nas experiências adquiridas tanto na *Desert Storm* como na Bósnia: *Me parece óbvio agora (na Bósnia) e já me parecia óbvio anteriormente (na Desert Storm) que isto é o resultado normal da intrusão repentina de um pouco de conhecimento na ignorância total. Eu nunca tinha visto os resultados da*


guerra, e eles me deixaram completamente aterrorizado. Essa reação é típica da minha geração de repórteres. O resultado é que um grupo de jornalistas sempre estará sofrendo um desmaio coletivo a respeito de questões militares. Ao menor contato com as realidades mais comuns da vida militar – os soldados podem ser brutos e porcos, os generais podem ser estúpidos, as balas podem ser fatais – reagimos com assombro, sempre em busca dos sais aromáticos. Felizmente, o número de pessoas que presta atenção ao que dizemos já é bem menor. Mas o horror desta geração diante das realidades da guerra é um reflexo das percepções da sociedade em geral, a qual também inclui os próprios militares. Os Estados Unidos não se comprometeram numa guerra

significativa, com um grande número de baixas, desde a Guerra do Vietnã (e os 58.000 caixões de soldados norte-americanos representaram uma pequena fração das mortes sofridas nas grandes guerras mundiais), e esse conflito terminou faz mais de um quarto de século. Somos uma nação na qual o número de seus cidadãos é cada vez menor e, ao mesmo tempo, mais idosos, que aceitam uma verdade que cada criança de 12 anos em Bihac já sabe: existem coisas pelas quais vale a pena morrer e pelas quais vale a pena matar.

Os militares – comandantes, tropas e o pessoal de comunicação social – deveriam reavaliar suas próprias opiniões com respeito à profissão jornalística, especialmente à medida que nos aproximamos do século XXI e começamos a entender as extraordinárias implicações da era da informação. Uma observação feita pelo Dr. Lawrence Yates, professor da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, é digna de consideração: *Queira ou não queira, a mídia tem mais impacto que a maioria das outras organizações em*

*determinar como uma operação é percebida pelo mundo exterior. À luz deste poder, uma abordagem que seria mais produtiva do que a hostilidade aberta contra a mídia que se apresenta no cenário, é reconhecer porque estão presentes e qual o motivo, entregar-lhes a máxima informação possível (evitando dar a impressão de estar mentando ou ocultando informação vergonhosa), dar-lhes acesso aos lugares e às tropas de interesse sem violar a segurança operacional requerida e, em geral, ser condescendente reconhecendo ao mesmo tempo que os interesses dos meios de comunicação e o dos militares não têm que coincidir.⁴ O ex-secretário da defesa, Melvin Laird, também tem uma descrição sucinta dos meios de comunicação e a melhor forma de lidar com eles, baseada em sua experiência com os mesmos no período de 1969 a 1973: *Não acredito que a presença da mídia seja um problema. São adversários e devem ser adversários. Esta é a sua função. Mas não devemos transformá-los em antagonistas. Devemos mantê-los como**

adversários. É isso que eles devem ser.⁵

A relação entre os militares e a mídia é, no fim das contas, como um casamento, com todas as tensões, fricções e confrontações que surgem muitas vezes num matrimônio, mas é uma tensão que deve ser natural. E é uma tensão que sobreviverá, que definitivamente deve sobreviver e, inclusive, prosperar no próximo século. Chegou a hora de deixarmos de nos preocupar pela natureza hostil dessa relação e continuarmos com um programa de educação vigoroso para ambas as partes. Os grupos selecionados de jornalistas vão e vêm, e a questão sobre qual o momento mais adequado para incluir a mídia nas operações futuras continuará provocando debates acalorados. Uma coisa pode ser dita com certeza. A natureza volátil, incerta, complexa e ambígua do século XXI promete duas certezas: as tropas continuarão desdobrando-se de uma maneira ofensiva; e os militares continuarão avançando de mãos dadas com os meios de comunicação, numa feliz harmonia agridoce. Isso é simplesmente natural. 

⁴ Lawrence A. Yates, Military Stability and Support Operations: Analogies, Patterns and Recurring Themes, *Military Review* (julho-agosto, edição em inglês), p. 57.

⁵ Aukofer e Lawrence, p. 68.